

Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo

TEMA 4: EMPREENDEDORISMO - POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E EMPREENDEDORISMO

João Guerreiro
Gonçalo Guimarães
Gabriela Egler
Inessa L. Salomão

Instituição: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ

Endereço: Cidade Universitária da UFRJ. Caixa Postal 68012. CEP: 21944-971 - Rio de Janeiro – RJ.

Telefones: (21) 2598-9240/22601383

Fax: (21) 2260-1383

e-mail: jguerreiro@itcp.coppe.ufrj.br

gonçalo@itcp.coppe.ufrj.br

gabriela@itcp.coppe.ufrj.br

inessa@itcp.coppe.ufrj.br

RESUMO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada em 1995 na COPPE/UFRJ - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é fruto da proposta de incluir, economicamente, setores socialmente excluídos pela política econômica adotada pelo governo brasileiro.

Este artigo busca apresentar o contexto no qual a ITCP/COPPE/UFRJ surge, de forma pioneira, em uma universidade brasileira e como a criação de Incubadoras de Cooperativas Populares rompe com a tradição dos programas pontuais de combate ao desemprego e torna-se uma referência para políticas públicas municipais, estaduais e federal.

Além de discutir a metodologia de incubação destas cooperativas populares e o perfil do público-alvo da ITCP/COPPE/UFRJ, o artigo apresenta o perfil da equipe da ITCP e demonstra o porquê dela ser interdisciplinar, com profissionais (professores, alunos e técnicos) oriundos da área social à área tecnológica, atuando desde a organização dos grupos e a formação do cooperativismo até a inserção no mercado de trabalho.

Na segunda parte do artigo desenvolve-se uma proposta de política pública de crédito para as cooperativas populares a partir das experiências obtidas nestes últimos nove anos de discussão sobre o cooperativismo popular na ITCP. O tema crédito é abordado preferencialmente por ser um dos poucos entraves no qual a ITCP não consegue atuar de forma direta, pois depende de transferência de recursos financeiros que só podem ser feitos por organizações financeiras que praticam operações de crédito reguladas pelo Banco Central.

É neste contexto que o artigo propõe, para qualificar o debate sobre crédito produtivo para as cooperativas populares, a necessidade de se construir um novo conceito de crédito, aqui denominado, preliminarmente, de Crédito de Interesse Social.

Busca-se, portanto, perceber as especificidades do programa ITCP/COPPE/UFRJ, sua possibilidade de replicabilidade e a necessidade de se debater um dos principais gargalos para a consolidação das cooperativas populares: o acesso ao crédito produtivo, que muito se diferencia da perspectiva atual de microfinanças que assola o país.

A preocupação que permeia o artigo é demonstrar o papel inovador que vem sendo desempenhado por este tipo de Incubadora na articulação do saber produzido na universidade e a forma de sua transferência para uma parcela da população – as comunidades populares - que sempre esteve alijada do acesso ao conhecimento que pode e deve ser utilizado para a sua organização produtiva autônoma.

Ao mesmo tempo, possibilita que as Incubadoras interfiram na discussão contemporânea sobre a inserção social destes excluídos, tendo como base a real forma de inserção cidadã: a inserção econômica através da criação de alternativas de geração de trabalho e renda.

Abstract

The Technological Incubator of Popular Cooperatives (ITCP), created in 1995 in COPPE/UFRJ – Coordination of the Post-graduated Engineering Program of the Federal University of Rio de Janeiro, is the result of the proposal to include, economically, social excluded sectors by the economic policy adopted by the Brazilian government.

This article presents the context in which the ITCP/COPPE/UFRJ was created, in a pioneer way, inside a Brazilian university. And, how the creation of Incubators of Popular Cooperatives breaks the tradition programs against unemployment and gets to become a reference to the public policy directed to the low income workers.

The incubation methodology of these popular cooperatives is discussed, as well as, the target group profile of ITCP/COPPE/UFRJ. The paper also shows the interdisciplinary ITCP team profile, with professionals (teachers, students and technicians) who came from the social to the technological area. The work starts with the organization of the groups, followed by the formation of cooperatives, and its insertion in the market.

In the second part of this article, it's developed a proposal of public policy of credit specially created for popular cooperatives as from the experiences we got through nine years of discussion about popular cooperativism in ITCP. The matter "credit" was studied specially for being one of the few areas that ITCP cannot act in a direct way, due to the dependency of financial resources transference, which can only be made through financial organizations that practice credit operations regulated by the Central Bank. In this context, the article purpose in order to qualify the discussion about the productive credit for popular cooperatives, the necessity to build a new concept of credit that we nominate, in a preliminary basis, of Social Interest Credit.

This paper aims to perceive the specification of the program ITCP/COPPE/UFRJ, its multiplication possibility and the necessity to debate one of the main problems for the popular cooperatives consolidation, that is the productive credit access, what's very different from the present perspective of microfinance that devastates the country.

The preoccupation that's present in all the article is to show the new role that has been played by this kind of Incubator in the sharing of the knowledge produced at the university and the way that it can be transferred to a part of population - the popular communities - that always was kept out of the knowledge access that can and should be used for its self productive organization.

At the same time, it qualifies the Incubators as a recognized actor of the contemporary discussion about the social insertion of these excluded persons, based in the real way of full insertion as a citizen that is the economic insertion through the creation of alternatives of work and income.

Apresentação

Este artigo está dividido em duas partes. Busca apresentar a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, sua metodologia de incubação e os principais conceitos associados a este tipo de Incubadora e a diferenciação do seu público-alvo. Na segunda parte, o artigo apresenta uma proposta de política pública de crédito direcionado para as cooperativas populares, como uma forma de capitalização das mesmas e, também, de induzir o crédito para um público fundamental na discussão de qualquer política de desenvolvimento sustentável alicerçada no fortalecimento do mercado interno brasileiro: a população de baixa renda.

Introdução

A década de 90 é marcada pelo aumento vertiginoso do desemprego em nosso país. O processo de globalização e a reestruturação produtiva, somados à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros uma forte ruptura, que resultou em índices de desempregos expressivos jamais vistos anteriormente na história do país.

Trabalhadores que antes participavam do mercado formal de trabalho vieram somar-se àqueles historicamente excluídos, ou seja, aos trabalhadores que nunca tiveram trabalho com carteira assinada, provenientes do mercado informal. A perda do trabalho formal significa para o trabalhador muito mais que a perda financeira, representa a perda de direitos e de seu *status* como cidadão.

Tendo em vista essas importantes transformações do mercado de trabalho no Brasil, nasce em meados da década de 90, no Rio de Janeiro, o programa de extensão universitária denominado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ). Num primeiro momento, a ITCP/COPPE/UFRJ, doravante chamada simplesmente ITCP, teve como objetivo organizar, em cooperativas, trabalhadores historicamente excluídos do mercado de trabalho, moradores de áreas periféricas e comunidades populares do Rio de Janeiro. No decorrer dos anos, vislumbrando o processo de desemprego em massa, que no caso do Rio de Janeiro esteve fortemente associado ao processo de privatização das empresas públicas, houve um redirecionamento dos esforços da ITCP. O público-alvo foi ampliado e passou a incorporar trabalhadores, anteriormente inseridos no mercado de trabalho formal, mas que se encontravam em situações de precarização das relações de trabalho ou perda dos postos de trabalho e direitos.

Nesta perspectiva, o projeto ITCP em muito se diferencia de outros programas e projetos que de forma pontual, durante décadas, pouco avançaram na reversão do quadro brasileiro de exclusão política, econômica, social e tecnológica.

A divisão entre o social e o econômico vem marcando, tanto os discursos oficiais quanto as políticas e ações governamentais, transformando a exclusão econômica em exclusão social.

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em pronunciamento no plenário da ONU, foi quem, talvez, tenha traduzido com maior clareza essa divisão, lembrando que o desenvolvimento é econômico e a pobreza é social e, ainda, que dentro da fábrica o trabalhador é um fator econômico e fora é um problema social.

Nesta lógica, que dissocia o econômico do social, é que são distribuídos historicamente os resultados do *desenvolvimento* no país, ou seja, através do crescimento econômico de caráter excludente. Essa divisão das estruturas social e econômica reproduz-se, especialmente, na organização dos setores populares da sociedade brasileira.

Os trabalhadores do mercado informal, que não estão efetivamente inseridos na economia formal, são vistos socialmente como marginalizados, excluídos da sociedade. Só o trabalho formal é reconhecido como trabalho efetivo. As outras formas de trabalho acabam sendo desvalorizadas.

Em conseqüência, o indivíduo que não tem um trabalho formal não tem sua cidadania reconhecida e fica à margem do reconhecimento social. O fato de não estar inserido na economia formal o torna um marginal social. Por ser identificado como excluído das relações sociais, as políticas públicas são desenvolvidas ou aplicadas para a reinserção, como se esses cidadãos, ou essas famílias, ou esses setores, já não participassem das trocas econômicas e das relações sociais.

É este o contexto no qual a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE/UFRJ vem, há nove anos, atuando na perspectiva de construir alternativas distintas da busca individual pela sobrevivência. A proposta coletiva agrega valores ao grupo e utiliza como principal instrumento a formação de cooperativas populares e autogestionárias.

Pedro Cunha Bocayuva, em trabalho recente, discorre sobre as “dimensões socioespaciais e cooperativismo popular”, concluindo que é necessária e legítima a intervenção pública nessa problemática. Nesse sentido, aduz que:

“Os ideais que desencadeiam uma nova abordagem da extensão universitária foram o ponto de partida e a motivação inaugural para a criação da Incubadora (ITCP/COPPE/UFRJ). O campo experimental foi marcado pela modificação das relações entre instituições públicas e territórios urbanos estigmatizados pela sua posição periférica e marginalizada (favelas). Mas o esforço de uma atuação sistemática teve de enquadrar-se nas novas políticas urbanas de caráter social, por meio das quais, por motivos práticos e opções políticas, os

governos subnacionais buscam incorporar instituições da sociedade civil e, de forma análoga, setores específicos da universidade para focalizar as ações e qualificá-las ou para realizar uma perspectiva de terceirização de sua ação. O tema da parceria, portanto, remete a um redesenho das políticas urbanas e de combate à pobreza e à exclusão social¹.

Assim, dimensionando o problema enfrentado, pôde-se corroborar a necessidade de ações positivas e pró-ativas de inserção econômica dos grupos e/ou pessoas para atingir a tão sonhada inserção social, o que pode muito bem ser desenhado e executado através de parcerias institucionais e com a própria sociedade e o poder público.

Mas porque uma Incubadora Tecnológica e Universitária de Cooperativas Populares?

Entretanto, um programa de Geração de Trabalho e Renda baseado no cooperativismo poderia ser objeto de várias instituições públicas e privadas, e não obrigatoriamente de uma universidade pública. Algumas características desse projeto, porém, vão definir o perfil que ele adquire na trajetória percorrida na UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro: o papel que a universidade tem a desempenhar; a necessária continuidade do projeto e, dentro do possível, a imparcialidade e a neutralidade.

Um projeto como esse, no âmbito de um governo, municipal ou estadual, iria sofrer as conseqüências dos tempos do governo, que não são os mesmos para o amadurecimento do próprio projeto, o que colocaria em risco a sua continuidade e o deixaria à mercê de mudanças e ações pontuais.

A universidade reúne importantes condições de evitar a perda de continuidade. Mas, além da continuidade, a universidade garante maior imparcialidade. É um lugar onde os conflitos internos impedem, a princípio, determinadas hegemonias, com um dado essencial: há o ingresso de novas pessoas a cada ano. A massa da universidade é constituída de estudantes, grupos que mantêm a dinâmica e a coragem do novo.

Quanto às instituições privadas, a grande preocupação é a necessidade do retorno financeiro. O público alvo do Projeto ITCP é uma população que não é mercado. Se fosse, teria os instrumentos já consolidados: escolas, assessorias e consultores. Como obter resposta financeira com um processo que, no fundo, é educacional? Como não se constituem em mercado e não têm resposta financeira, como manter o projeto? Poderiam até vir a ser mercado num segundo momento mas, na prática, o caráter privado não é compatível com os seus objetivos e sua lógica financeira e, certamente,

¹ BOCAYUVA CUNCA (2001), cap. 8, p. 249.

desviaria o eixo principal ao trabalhar apenas com aqueles grupos identificados como mercado.

Na universidade – apesar e por causa da diversidade – temos quadros, gente nova, o caráter interdisciplinar e a busca do conhecimento. A universidade possibilita o crescimento de grupos. Como qualquer instituição tem lógica própria, mas não apareceram ainda outros espaços com nichos para a dinâmica do novo e de vanguarda, que ocorra no seu âmbito sem, efetivamente, ferir a grande estrutura. Os processos acontecem com a certeza de que ela, enquanto instituição, jamais será sequer semelhante ao que está sendo vivenciado. Mas enquanto reproduz determinado modelo, propicia que outros existam. Convive com as diferenças, com forte grau de autonomia.

E, à medida que parte da universidade consiga perceber essa realidade, é possível uma mudança no seu próprio eixo de conhecimento, no sentido de ser um *campus* avançado de fomento de novos conhecimentos e processos transformadores. Isto pode ser observado quando começam a surgir outros grupos universitários interessados no projeto, procurando a Incubadora como campo de pesquisa.

É decisivo tudo acontecer na universidade por ser também um espaço que possibilita a neutralidade, embora existam, naturalmente, correntes políticas e ideológicas que interagem, às vezes, de formas até conflitantes. Mas sua legitimidade social permite uma aproximação muito mais ágil, ao contrário, por exemplo, de quando o contato com a comunidade é feito em nome de governos. Nestes casos, a tendência é a imediata identificação com poderes locais, ou políticos e suas campanhas. Quando a equipe do Projeto diz: “nós somos a universidade”, há uma legitimação num primeiro momento. No segundo, o que legitima é o trabalho realizado e as relações de confiança e cumplicidade estabelecidas. E, para a academia, também é importante essa ponte com uma grande parcela da população que desconhece e não tem qualquer acesso às escolas de ensino superior.

Embora exista a clareza de que é um fator decisivo as cooperativas populares nascerem no seio das universidades, também é decisivo, no momento em que tudo isso acontece, uma conjuntura extremamente favorável. Pode-se ousar afirmar que não são as propostas que são brilhantes, e sim o tempo em que elas se apresentam. Todas essas idéias vêm de encontro a um problema maior. Não é a primeira ação de uma universidade na comunidade. Não é a primeira ação na universidade que reúne excluídos e que se investe em capacitação. A conjuntura é favorável porque o grau de violência e de exclusão provoca novas leituras do quadro social. Há, claramente, por parte do poder instituído uma tolerância para que coisas ocorram nesse rumo. Há alocação efetiva de recurso e de pessoas. Parte do êxito desse projeto deve-se, portanto, ao momento em que foi deflagrado, embora não se descarte, indiscutivelmente, a competência, a coragem, a garra, e muitos outros motivos. Mas dificilmente, na década de 70, ele teria o mesmo sucesso.

E, é exatamente essa conjuntura favorável que viabilizou e imprimiu, com cores fortes, o caráter estrutural do projeto. Sua força tem origem na forma

como demonstra a possibilidade de trabalhar com setores historicamente alijados tanto do mercado informal quanto do formal. Toda a discussão que se trava em torno do cooperativismo popular hoje aponta para soluções ou levanta a discussão de questões estruturais.

Quais são as cooperativas que estamos formando?

É, portanto, no seio desta discussão sobre as modificações no denominado Mundo do Trabalho e da Reestruturação Produtiva que o cooperativismo popular surge como um segmento do movimento cooperativista. Distingue-se deste por ser constituído por cooperativas formadas por trabalhadores de comunidades populares (também designadas de baixa renda) que desempenham uma mesma atividade produtiva, desempregados ou vivenciando situações de precarização do trabalho.

Nas cooperativas populares, a força de trabalho é o principal capital que os cooperados dispõem e a quota-parte (montante de capital necessário para a constituição inicial da cooperativa) estabelecida é igual para todos os associados. Para o bom funcionamento de uma cooperativa popular é necessário que a diretoria seja eleita entre os associados periodicamente e que as decisões tomadas em assembléia sejam registradas em ata. Ainda deve haver um conselho fiscal e uma comissão de ética, atuantes.

Os associados de uma cooperativa popular devem conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa e ter participação ativa nas assembléias. A cooperativa deve dispor de um fundo de investimento que possibilite seu crescimento como empresa, um fundo social que garanta os direitos de seus associados tais como seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina e outros benefícios acordados pelos seus membros.

Em uma cooperativa popular todo trabalho é desenvolvido pelos associados não havendo contratação de terceiros. A remuneração é proporcional ao trabalho desenvolvido por cada cooperado, respeitando-se o limite máximo do fator de um para três entre a menor e a maior remuneração e as sobras líquidas devem ser divididas de forma eqüitativa. Além dessas características, espera-se que a cooperativa popular tenha participação ativa em sua comunidade, contribuindo com ações para sua melhoria.

Essas cooperativas nascem em comunidades de baixa renda, quando vizinhos, amigos, familiares se vêm vivenciando situações de desemprego ou de precarização das relações de trabalho. E decidem por se unir em torno de um objeto comum de trabalho.

Observa-se hoje que essas cooperativas estão sendo formadas em torno de atividades de baixo valor agregado, em áreas como reciclagem, costura e alimentação, na área produtiva e limpeza, vigilância e construção civil, como prestadoras de serviço.

Quando enfrentam o mercado convencional, esses empreendimentos populares encontram um cenário muito adverso. Fatores como baixa escolaridade, precária qualificação profissional, inexistência de tecnologia adequada, resistência dos trabalhadores para mudanças nas formas de organização do trabalho, entre outros, são determinantes de uma concorrência desleal².

Qual a metodologia utilizada para atingir os “atingidos”?

A metodologia de incubação de cooperativas populares da ITCP/COPPE/UFRJ foi pioneira no Brasil e, também no mundo. Este fator positivo de pioneirismo sempre traz consigo o problema de não estar referenciado a outra metodologia já desenvolvida para ser utilizada como parâmetro. Desta forma, a metodologia foi forjada no “aprender fazendo”, mesmo que influenciada pelas experiências relacionadas à Educação Popular. O período de desenvolvimento da metodologia foi de 1995/1997 e, desde então, possui um processo de avaliação permanente. Foi aplicada para organização de diversas cooperativas populares nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. . A metodologia desenvolvida, descrita a seguir, foi transferida para 15 universidades brasileiras, que implantaram suas incubadoras de cooperativas populares tendo como referência a ITCP/COPPE/UFRJ.

Incubação.

Essas fases estão relacionadas tendo como parâmetro o desenvolvimento socioeconômico do grupo e dos indivíduos que formam a cooperativa. A fase de pré-incubação tem a duração média de seis meses. Esta etapa compreende a realização das atividades de seleção e diagnóstico dos novos grupos. Nos vinte e quatro meses subseqüentes ocorre a segunda fase do processo com a execução das atividades de assessoria e capacitação das cooperativas objetivando fortalecer-las para permanecerem no mercado.

Em termos metodológicos a distinção entre as duas fases do processo de incubação pode assim ser descrita:

Pré-incubação

Envolve atividades relacionadas à construção da identidade do grupo de trabalho, através do resgate da cidadania, da auto-estima e da sua visão sobre as oportunidades de sobrevivência existentes no mercado formal de trabalho, bem como a possibilidade de inserção de forma digna.

Precedendo, entretanto, à pré-incubação ocorre o lançamento de edital público e seleção dos grupos. Por ocasião da inscrição, cada grupo informa, entre outros dados, o número de participantes, endereço e atividade econômica pretendida.

² ANTEAG (2004).

Após o término da atividade de inscrição dos grupos para seleção são realizadas entrevistas com cada um para avaliação e o diagnóstico com a finalidade de verificar quais os potenciais a serem trabalhados, os valores individuais e os coletivos. A seleção é realizada por Comitê ad-hoc constituído por especialistas externos de forma a conferir transparência à seleção.

Após a seleção é realizado um diagnóstico de cada grupo visando conhecer de forma mais aprofundada as experiências profissionais no ramo da atividade econômica escolhida e nível de capacitação técnica, de forma a verificar a viabilidade econômica do empreendimento. Também são identificados os níveis de educação formal - para encaminhamento posterior de complementação dos cursos - e a renda per capita na atividade econômica realizada antes da participação no projeto. Busca-se, em termos individuais, a documentação cível básica (Carteira de identidade, título de eleitor), regularização da situação fiscal (CPF).

São também oferecidos cursos que introduzem noções básicas sobre mercado, empreendedorismo, organização e empresa. No seu conjunto, são ações que visam estabelecer bases para a criação do empreendimento cooperativo.

Incubação

Ocorre em média nos vinte e quatro meses subseqüentes e é sub-dividido em quatro fase.

Na primeira fase da incubação o foco central é a constituição do grupo enquanto cooperativa. Esta fase é iniciada com o Curso “Introdução ao Cooperativismo” no qual são apresentadas noções sobre cooperativismo, autogestão e organização de uma cooperativa. O segundo curso – “Cooperativa enquanto Empresa” – é construído através da utilização de dinâmicas e oficinas. Para permitir o entendimento do processo de constituição do empreendimento e sua viabilidade enquanto um negócio, todas as ações são desenvolvidas de forma a adequar o material didático ao perfil educacional dos cooperados.

A segunda fase da incubação concentra-se no apoio à formalização e legalização do empreendimento, na elaboração do Plano de Negócios e no encaminhamento para os cursos de qualificação profissional, educação formal e educação digital. O incentivo à educação possibilita a formação de quadros aptos a conduzir o empreendimento.

Na terceira fase da incubação são executadas atividades de prospecção de tecnologias para agregar valor aos produtos/serviços produzidos pela cooperativa. O resultado é a diversificação dos produtos e serviços oferecidos com maior conteúdo tecnológico e o conseqüente aumento de rentabilidade. A etapa seguinte compreende a elaboração de projetos de captação de recursos para as cooperativas em função das necessidades anteriormente identificadas e das fontes de recursos disponíveis.

Em função do período que os grupos de trabalho se organizam para formalizar o empreendimento, a equipe da ITCP, responsável pela área de Negócios Cooperativos, começa a sua atuação de inserção dos grupos no mercado formal. Nesse período é desenvolvida intensa atividade de formação e assessoria nas áreas de gestão, mercado, marketing, administração e qualidade da produção. Busca-se a ampliação do mercado, diversificação das atividades, a participação mais intensa em redes e novos nichos de mercado, além de apoiar ações e negócios conjuntos entre as cooperativas e rodadas de negócios.

Paralelamente às atividades de assessoria de incubação, a área de PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação) da ITCP constrói os indicadores de processo, progressão e impacto fornecendo elementos para o acompanhamento e monitoramento do projeto, de forma a possibilitar a avaliação dos resultados alcançados e reavaliar a metodologia aplicada constantemente e possibilitando correções de rotas.

Principal gargalo a ser enfrentado

Conforme foi apresentado acima, a metodologia de incubação busca assessorar e capacitar os cooperados para viabilizar a formação e a maturação do empreendimento econômico solidário. Para isso, a ITCP conta em sua equipe com professores, técnicos e alunos buscando agregar saberes dispersos na universidade. A necessidade de um perfil multidisciplinar é devido ao também variado tipo de entrave à sustentabilidade das cooperativas populares. Estes gargalos são, principalmente, decorrentes da necessidade de implantação de oportunidade de comercialização, acesso ao mercado, formalização e legalização das atividades. Entretanto, a metodologia de incubação abarca métodos e ações para superar estes entraves, seja através da área de marketing e negócios cooperativos, seja através da assessoria jurídica e contábil. Porém, há um entrave que a ITCP enquanto um programa universitário não consegue atuar: o crédito produtivo para as cooperativas populares.

Debatendo uma proposta de política pública de crédito para as Cooperativas Populares

Portanto, a partir da experiência destes últimos nove anos atuando com o fomento e a consolidação das cooperativas populares, vimos apresentar uma proposta para discussão de crédito específico para o público-alvo da ITCP.

O crédito para cooperativas populares é um importante instrumento de democratização do acesso ao crédito. Reunindo-se coletivamente, os cooperados demonstram o interesse em promover seu próprio trabalho de forma organizada e democrática. A saída coletiva representa uma ferramenta de desenvolvimento onde se aglutinam as diversas forças para um objetivo comum, o que significa uma grande vantagem em relação a empreendimentos

individuais. Além dessa característica, o movimento cooperativo está comprometido com os problemas e preocupações da comunidade e acaba por constituir um sujeito representativo comum³.

Entretanto, como se viu acima, na sua origem essas cooperativas já nascem sem a infra-estrutura adequada, formadas por trabalhadores sem disponibilidade de recursos para investir no negócio coletivo. Em geral as cooperativas desenvolvem seus negócios em instalações precárias sem dispor dos meios de produção necessários para a operacionalização e divulgação de suas atividades.

Suas necessidades são diversas variando das mais complexas as mais simples, tais como reforma de edificações, compra de máquinas, equipamentos, mobiliário, capital de giro.

O que se observa hoje é que as cooperativas populares não podem responder às garantias normalmente exigidas para adesão a um programa de crédito e seus membros dificilmente possuem a capacitação adequada para a gestão desses financiamentos.

Neste contexto, para colocar os negócios em prática, essas cooperativas não precisam apenas de concessão de crédito. Para que o crédito produza efeitos positivos é necessária a capacitação dos cooperados, assessorias técnica e financeira, além de assessoria para ajudar na focalização das atividades que possam gerar renda e, ao mesmo tempo, colaborar para o desenvolvimento local.

A baixa escolaridade e a falta de conhecimentos específicos dos cooperados exigem que o crédito esteja associado à capacitação e ao acompanhamento técnico e financeiro dos empreendimentos por agentes de crédito. Sem assessoria os empreendimentos dificilmente conseguirão se inserir no mercado e tornar-se sustentável.

Antes da implementação do empreendimento coletivo deve-se realizar análises das comunidades onde estão localizados, planos de viabilidade econômica para as cooperativas e acompanhamento técnico dos projetos.

Assim, um produto que disponibilize crédito para cooperativas populares deve ter em vista que o desenvolvimento de um empreendimento popular tem um tempo mais lento de maturação. Deve-se considerar que existe um processo de organização do funcionamento da cooperativa, que é democrático. Além de existir a necessidade de um período de capacitação dos cooperados. Portanto, é necessário um período mais longo de carência para permitir que a cooperativa se organize como empresa e passe a ter receita. Normalmente este processo varia de 6 a 12 meses, o que deve se compreender num período de carência.

Dessa forma, as cooperativas precisam de um prazo mais extenso para saldar seus empréstimos. Uma caminho para reduzir os riscos de inadimplência e

³ LEBOUTTE, P. (2003).

garantir uma maior capacidade de pagamento para as cooperativas tomadoras de crédito é o parcelamento do crédito de forma variável e crescente, ou seja, reduzidas nos primeiros meses e que fossem crescendo na medida em que as cooperativas fossem obtendo receitas maiores, resultantes dos ganhos produtivos associados ao crédito.

Os prazos de pagamento devem ser determinados de acordo com o cronograma de maturação de cada empreendimento e decididos junto com os agentes de crédito.

Sabe-se, entretanto, que o custo de desenvolver uma linha de crédito para cooperativas populares é alto, pois exige uma metodologia específica. Entretanto, quando bem sucedido o projeto beneficia de 20 a 30 cooperados com os custos de desenvolvimento de um único projeto, além de ter reflexos muito positivos dentro das comunidades em que estas cooperativas estão inseridas. É a partir destes elementos que busca-se apresentar um possível novo conceito de crédito para as cooperativas populares que seria um Crédito de Interesse Social.

Este tipo de crédito que teria como foco estas cooperativas populares, passaria a ser visto não como uma simples operação financeira. Ofertar crédito para cooperativas populares é uma forma de promover geração de trabalho e renda em comunidades populares, retomar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, além de possibilitar um efeito de demonstração para os outros moradores das comunidades populares de alternativas produtivas em tempos de reestruturação e mudanças nos paradigmas associados ao mundo do trabalho.

Portanto, um produto que ofereça crédito para cooperativas populares deve priorizar a viabilidade do negócio e o pagamento do empréstimo. Para tanto os juros devem ser os menores possíveis.

Já as garantias exigidas para as cooperativas tomadoras de crédito devem variar de acordo com a modalidade de crédito em questão. Na constituição de novas cooperativas, a garantia pode ser efetivada através do aval de uma instituição conveniada, após estudo detalhado do negócio a ser desenvolvido pela cooperativa. No caso de crédito para investimento fixo, a alternativa é a alienação dos bens. Para a reforma de edificações e capital de giro, o aval solidário e o aval de instituições conveniadas se apresentam como soluções possíveis.

As necessidades das cooperativas são múltiplas e variam desde a construção ou reforma da sede até a disponibilidade de capital de giro. Quatro modalidades de crédito são propostas para cobrir essas diferentes necessidades das cooperativas:

- Crédito para formação de novas cooperativas - Esta forma de crédito é pensada para grupos organizados que queiram constituir cooperativas juridicamente. E neste sentido precisam de financiamento para arcar

com custos jurídicos, além de financiamento para pequenos gastos com capital fixo e algum montante financeiro para garantir o capital de giro.

- Crédito para investimento fixo – Para cooperativas que já estejam constituídas juridicamente, e que necessitam de financiamento para investimento fixo, como a compra de máquinas, equipamentos, ampliação e reforma de instalações do empreendimento.
- Crédito para capital de giro – Cooperativas em atividade que estejam com dificuldades de desempenhar suas atividades por não terem disponibilidade de capital de giro para compra de matéria-prima e mercadorias.
- Crédito para investimento fixo associado a capital de giro – Modalidade que combina financiamento para investimento fixo e para capital de giro.

Para a capacitação e o acompanhamento dos empreendimentos populares a instituição ofertante de crédito poderá estabelecer parceria com entidades que apresentam competências já comprovadas nessas áreas, tais como: Prefeituras, ONGs e as ITCPs.

As condições de operacionalização deverão ser previstas em Planos de Trabalho, a serem desenvolvidos pelas entidades conveniadas. Os Planos de Trabalho deverão observar um conjunto de fases ou pré-requisitos, sendo que a necessidade de desenvolvimento de ações específicas para cada uma delas será avaliada através da análise de cada caso específico que deverá observar os seguintes aspectos:

- 1) Qualificação dos empreendedores para execução das atividades de produção, comércio e outros serviços, para a ocupação exercida pela cooperativa/associação para a geração de renda.
- 2) Capacitação dos membros das cooperativas, atentando para as principais dificuldades e carências dos cooperados.
- 3) Assessoria focada no negócio a ser desenvolvido ou já em desenvolvimento, para a identificação do mercado alvo e colocação do produto oferecido pela comunidade assistida pelo Programa.
- 4) Levantamento da necessidade de crédito das cooperativas, viabilidade econômica dos empreendimentos e capacidade de pagamento.
- 5) Elaboração de projeto a ser submetido à instituição ofertante de crédito.
- 6) Análise e concessão do crédito para o financiamento da atividade.

- 7) Acompanhamento das cooperativas por instituições qualificadas na área de assessoramento, nas primeiras fases do projeto.

Essas ações de capacitação e assessoria poderão ser desenvolvidas por técnicos da instituição ofertante de crédito ou da entidade por ela conveniada, conforme distribuição de responsabilidades prevista em convênio.

Quem pode ser beneficiado por esta modalidade de crédito proposto?

Devem poder se candidatar ao financiamento cooperativas populares formadas por no mínimo 20 pessoas, desenvolvendo atividade econômica, desde que seja autogestionária, que gere renda direta e indireta na prestação de serviços, produção, comercialização e distribuição.

As restrições impostas pelos programas de microcrédito⁴ muitas vezes inviabilizam a participação da população de baixa renda nos programas de concessão de crédito. Exigências como negativação do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e seis meses de negócios pré-estabelecido, acabam por se colocar como um impedimento para obtenção do crédito. Por outro lado, as restrições assumem um importante papel na redução dos riscos para as instituições concedentes do crédito.

Além deste aspecto, as restrições devem levar em conta que o setor enfrenta, ainda, a existência de cooperativas fraudulentas criadas por empresas para terceirizar sua produção, burlando direitos dos trabalhadores e reduzindo salários.

É necessário, portanto, criar restrições que garantam que as beneficiárias do programa de crédito sejam de fato cooperativas populares e que os recursos serão utilizados para o desenvolvimento econômico das cooperativas, e poderão ser repostos. Propomos, então, que se utilize um critério de avaliação que permita excluir as cooperativas fraudulentas e que ao mesmo tempo privilegie as cooperativas populares mais organizadas e que prezem pela gestão democrática.

Este critério irá se basear em alguns aspectos fundamentais que permitem distinguir qualitativamente as cooperativas populares, tais como:

- Número de pessoas na cooperativa
- Faturamento mensal da cooperativa
- Índice de rotatividade nas funções de direção da cooperativa

⁴ Para maiores informações sobre os programas de microcrédito ver: BNDES, “Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro”, 2001.

- Diferença entre a maior e menor remuneração dos cooperados (não deve ultrapassar o limite de 1 para 5)
- Quantidade de fundos existentes
- Quantidade de assembléias realizadas no último ano
- Porcentagem de trabalhadores com ensino fundamental

Comentários Finais

Os objetivos principais deste artigo são possibilitar a discussão sobre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, torná-las mais conhecidas do público da ANPROTEC e, ao mesmo tempo, apresentar uma contribuição para uma discussão fundamental neste momento que o país vem passando: qual ou quais os agentes devem ser a base da retomada do desenvolvimento nacional sustentável e, também, qual o principal instrumento para esta retomada.

Acredita-se que as ITCPs são uma novidade vinda das universidades brasileiras que podem tornar-se um importante fator de demonstração de ações de baixo custo financeiro e alto grau de transferência tecnológica em condições de gerar importantes retornos para a sociedade.

Ao mesmo tempo, a discussão aqui levantada permite exercitar a criatividade para fazer com que o crédito produtivo chegue a empreendimentos populares coletivos potencializando a sua utilização e minorando o risco para o ofertante. Trata-se de introduzir nas discussões sobre linha de financiamento para os empreendimentos cooperativos incubados a noção de Crédito de Interesse Social. Este conceito, que merece ser melhor debatido, parece ser um dos argumentos que podem vir a quebrar possíveis resistências das instituições ofertantes de crédito – pelo menos as públicas - por estar associado a uma outra lógica que não a do mercado. Ao mesmo tempo, permite que as Incubadoras possam interferir na discussão contemporânea de inserção social, tendo como base sua forma principal: a inserção econômica com responsabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária- Uma Nova Metodologia**. São Paulo, ANTEAG, 2004.
- BNDES. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.
- BOCAYUVA, Pedro C.C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. São Paulo, FGV/Banco Mundial, 2.000, pp. 246-255.
- COCCO, Giuseppe e outros (org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro, DpeA, 1999.
- CORAGGIO, José Luis. **Economia urbana: la perspectiva popular**. Ediciones Abya-Yala, 1998.

- GUERREIRO, João e SALOMÃO, Inessa. **Panorama do Cooperativismo na Região Sudeste do Brasil**. Université de Sherbrooke, Sherbrooke, Canadá, 2004 (mimeo).
- GUIMARÃES, Gonçalo (org.). **Sindicalismo e cooperativismo. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. São Paulo, UNITRABALHO, 2000.
- _____ (org.). **Integrar Cooperativas**. São Paulo, UNITRABALHO, 1999.
- _____ (coord.) **Os ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta**. Rio de Janeiro, EspalhaFato, 1998.
- LEBOUTTE, P., **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas - A Experiência Pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, EspalhaFato, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção **In: SANTOS, Boaventura de Sousa, org. Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 23-77.
- SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2.000.